

Discurso do presidente do TRT da 9ª Região

Magistrado Alcides Nunes Guimarães

A mim compete o encargo desvanecedor, como presidente deste Egrégio Tribunal – por ser o mais antigo de seus integrantes em tempo de serviço público – de presidir o ato solene de sua instalação. Este momento é de culminação. A ideia de criação deste Tribunal é antiga. Tem quase três décadas. Nasceu, aqui em Curitiba, de entusiásticas proposições apresentadas à consideração do governo do saudoso Marechal Eurico Gaspar Dutra. Encerrava-se a primeira metade do século. Como quase sempre acontece, o processo de maturação das ideias e das aspirações populares é progressivo. As instituições, ao contrário dos frutos, amadurecem por etapas, que se não medem pela certeza das estações periódicas. Necessitam-se de anos, para que elas estejam sazoadas e propícias à colheita.

A instituição do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região foi uma ideia (sou tentado a dizer, a princípio, foi quase, apenas, um sentimento) que se desenvolveu em fluxos e refluxos, consoante a maior ou menor sensibilidade do poder Público à reivindicação dos paranaenses. Se preferirmos outras palavras, direi que a evolução da campanha em prol deste Tribunal se processou em linha quebrada, mas ascendente, em que os eventuais recuos eram uma tomada de fôlego para nova investida. Tantos foram, que não podemos lembrar, neste momento, do nome de todos aqueles que, de diferentes maneiras, em horas distintas em diversos níveis emprestaram sua valiosa colaboração à iniciativa que hoje se transforma em realidade. Líderes sindicais, homens de Estado, professores Universitários – entre estes, principalmente, o saudoso Prof. Milton Viana – parlamentares, advogados e estudantes lutaram, fortemente, por este Tribunal. A força comunitária do empreendimento deu-lhe a justa medida e faz com que esse fato histórico a que assistimos e que participamos, represente antes de tudo, uma vitória do Paraná e dos paranaenses.

Operasse neste momento, a primeira radical transformação na estrutura da Justiça do Trabalho, desde sua instalação no ano remoto de 1941. Consciente da responsabilidade que daí advém para juízes desta Corte, de cuja recíproca e permanente solidariedade depende o seu êxito, como Presidente deste Egrégio Tribunal, em nome de meus pares, entrego-os às comunidades sobre as quais se estende sua jurisdição, pois a elas ele pertence. Falando por todos, assumo o compromisso público de bem servir ao Paraná, a Santa Catarina, à Justiça do Trabalho e ao Brasil. Aproveito a presença, entre nós, do Exmo. Sr. Ministro da Justiça, Dr. Armando Ribeiro Falcão, para apresentar-lhe nossa homenagem e, ao mesmo tempo, exprimir-lhe o reconhecimento que lhe é devido pelo apoio decisivo que deu a implantação deste Egrégio Tribunal. Rogo que Sua Excelência transmita ao Exmo. Sr. Presidente da República, o ínclito General Ernesto Geisel, esta mensagem de confiança no Brasil e o nosso agradecimento por nos haver confiado o papel de modelar a realidade judicante desta Corte.

A plêiade de juízes que constituem este Tribunal compreende o privilégio que lhes foi outorgado. Apenas os iniciadores de 1941, tiveram como agora temos em nossas mãos, a matéria prima de um tribunal novo e jurisprudência praticante “in albis”, que modelaremos com o cinzel do nosso próprio trabalho. Recorrendo à magnífica experiência dos Tribunais da Justiça do Trabalho, poderemos adotar estilos modernos e procedimento, métodos avançados de processualística, criando nossas próprias praxes e lançado os primeiros fundamentos de nossas tradições. Essas tradições e aquelas praxes serão plantadas sobre experiência da Justiça do

Trabalho nacional, consoante os princípios inflexíveis da mais límpida probidade funcional, do esforço constante pelo aprimoramento de nossa jurisprudência e da garantia da celeridade dos nossos julgamentos.

Quero por em relevo a presença do Exmo, Sr. Ministro Luiz Roberto de Rezende Puech, Presidente do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, que decidida e tenazmente, sem poupar esforços ou sacrifícios, tornou possível o ato que ora se realiza; do Exmo. Sr. Ministro Mozart Victor Russomano, corregedor-geral da Justiça do Trabalho, que fiel à ideia que por primeiro pregou a criação deste Tribunal, deu-lhe também corpo e forma; dos Srs. Ministros daquela Corte, que testemunham o caráter uno e ímpar da Justiça do Trabalho; do Exmo. Sr. Dr. Marco Aurélio Prates de Macedo, procurador-geral da Justiça do Trabalho, que tomou todas as medidas ao seu alcance no sentido de quem a recém criada Procuradoria Regional possa desempenhar sua alta missão junto a este Tribunal; do Dr. Roberto Mário Rodrigues Martins, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª. Região e do Dr. Pajehú Macedo Silva, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, que colaboraram e participaram da instalação deste Tribunal; dos Srs. Juízes Presidentes dos Egrégios Tribunais Regionais do Trabalho do País, que vieram nos manifestar seu regozijo e solidariedade. Deles esperamos o apoio constante, o conselho, o exemplo e, quando necessário, advertência amiga e fraternal. Não esquecemos também de todos aqueles que, de uma forma ou outra, contribuíram para a instalação deste Órgão, especialmente membros da Comissão Especial e os funcionários que aqui estão deste a primeira hora. A todos, o nosso melhor agradecimento e a nossa mais sincera homenagem admirativa.

Agradeço, outrossim, a presença das altas autoridades que aqui se encontram como expressões das forças mais representativas desta Região. É impossível enumerá-las uma a uma. Em conjunto, simbolizo-as no Exmo. Sr. Governador Jayme Canet Júnior, no Exmo. Sr. Ex-Governador Emílio Gomes, no Exmo. Sr. Governador Konder Reis, aqui representado pelo deputado Zany Gonzaga, Secretário do Interior e Justiça de Santa Catarina, e no Exmo. Sr. Ex-governador e atual Ministro de Estado Ney Braga. Em etapas sucessivas e finais, na “pré-história” deste Egrégio Tribunal, eles desfecharam impulsos vigorosos que tornaram vitoriosa a velha campanha da década de 40. Nessa referência pessoal, sintetizo a homenagem abrangente, que enlaça, em um amplexo de admiração, os parlamentares, estadistas, juristas, advogados e dirigentes sindicais que foram os porta-vozes da reivindicação dos termos e do clamor comunitário da aspiração justa. Assumimos, há alguns dias, perante o Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, o compromisso de respeitar e fazer respeitar a Constituição e as Leis da República. Renovamos, aqui, esse compromisso. Seu cumprimento será firme e dedicado. Rogo a Deus, Senhores, que ilumine nossos caminhos e conduza nossos passos. Peço a Ele que leve o Brasil ao grande destino que lhe cabe. Suplico-lhe que conceda aos Brasileiros capacidade de luta para a perene afirmação dos princípios cristãos da Justiça Social e do amor ao próximo. Como essa exortação e esses bons augúrios, solenemente instalados o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Confio-o ao presente e ao futuro, com nossas melhoras e esperanças. Ofereço-o ao Brasil, com todo nosso empenho pela sua grandeza e pela sua glória.